

A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

FICHA INDIVIDUAL

Pesquisador: BEATRIZ CORREA CAMARGO

**Apresentar em todas as entradas referência a documento e/ou fontes bibliográficas, inclusive testemunhos, se houver.*

I. Dados Pessoais

Nome:	JON ANDONI VERGARECHE MAITREJEAN
Nr. USP/ Processo USP:	Nr. Usp: 16481-1 / Processo 54.1.15726.1.6, ex 774, Doc. Base: D/29654/Fau
Nasc./Morte:	19.01.1929
Curso:	
Unidade:	FAU
Vínculo:	Docente
Data matrícula/contrato:	05.11.1954

II. Perseguição

O perseguido, de acordo com a documentação ou depoimento, atuou como:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">- Simpatizante de ideias consideradas de esquerda ou em desacordo com a ordem vigente (sim)- Filiado a uma organização de esquerda () Qual?- Processado como membro de organização de esquerda () Qual?- Origem da informação: <p>Depoimento (x) Documento ()</p> |
|--|

A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

Há indícios de que a perseguição na Universidade tem origem em interesses pessoais/profissionais?

--

Eventos ocorridos e formas de perseguição

Tipo		Data	Fontes documentais
Morto			
Desaparecido			
Abandono de curso/função			
Aposentado	X	30.04.1969	- ADUSP, <i>O Controle Ideológico na USP (1964-1978)</i> . São Paulo: Adusp, 2004, p. 47 e s. - D.O.U. 30-04-1969, p. 3669.
Contratação barrada			
Problemas com renovação de contrato			
Demitido			
Torturado			
Preso			
Jubilado			
Investigado por Inquérito Policial Militar (IPM)			
Outro (especificar)			

Instrumentos legais utilizados:

	Data	Fonte
Investigação pela "Comissão Especial", 1964 ("lista negra" de Gama		

A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

e Silva)		
Atingido pelo Decreto-Lei 477/1968		
Investigado por Inquérito Policial Militar (IPM)		
Cassado/Aposentado com base Ato Institucional ou Ato Contrário à moral ou à ordem pública	30.04.1969	Aposentado por decreto presidencial de 29 de abril de 1969. ADUSP, <i>O Controle Ideológico na USP (1964-1978)</i> . São Paulo: Adusp, 2004, p. 47; D.O.U. 30-04-1969, p. 3669.
Outro (<i>especificar</i>)		

III. Os documentos e as fontes analisadas revelam relação com outros membros da Universidade? Listar abaixo.

--

IV. O perseguido recebeu algum tipo de apoio de algum membro da Universidade?

Apoio institucional:

Departamento de Projeto da FAU/USP Departamento de História e Estética do Projeto da FAU/USP Grêmio Estudantil FAU/USP
--

Apoio pessoal:

--

V. Há informação sobre perpetradores? Ex.: Houve comissão processante? Quem eram os integrantes.

--

A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

VI. Narrativa (até duas páginas, citando documentos e fontes):

Jon Andoni Vergareche Maitrejean se forma pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no ano de 1953. Em 05.11.1954 é contratado pelo Governador do Estado de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, para exercer a função de assistente na Disciplina “Composição de Arquitetura – Pequenas Composições II” do 2º ano da FAU, por indicação do professor Abelardo Riedy de Souza¹.

Após a promulgação do AI-5, o país assiste a uma nova onda de sanções políticas, que envolviam, dentre outras coisas, cassações de direitos políticos e demissão ou aposentadoria de funcionários da administração pública, dentre eles, professores universitários de grande peso. A história da Universidade de São Paulo é emblemática, com vinte e sete nomes cassados por meio de dois decretos emitidos no uso nas atribuições que o AI-5 conferia ao presidente da república, Artur da Costa e Silva. Não se sabe ao certo quais critérios nortearam a escolha desses nomes, nem a origem dessas decisões, que parecem ter circulado para os próprios atingidos, inclusive, tempo antes da promulgação desses decretos. É reconhecido, porém, que, em sua maioria, esses docentes já haviam sido investigados criminalmente ou dentro da Universidade por razões ideológicas².

Jon Maitrejean é um dos três professores que são forçados a encerrar suas atividades na FAU. Foi aposentado pelo decreto presidencial de 29 de abril de 1969, dirigido especialmente contra docentes da Universidade de São Paulo³.

Uma hipótese formulada pela ADUSP para o caso de Maitrejean é a de que sua aposentadoria surge em resposta à participação ativa que desempenhava nos debates sobre a reforma do ensino da Universidade de São Paulo⁴. Para o próprio professor, a questão deve ser vista sob prisma mais amplo:

“Esse ato, o AI-5 estabelece um outro tipo de cassações, o de cortar cabeças. O próprio reitor em exercício da USP foi também aposentado, de modo que ela [a onda de cassações] tinha uma misturanga. Mas eu acho que ela pretendia, na verdade, eliminar o esquerdismo da intelectualidade que dava aula na USP. Ela atingia especificamente as lideranças de esquerda.”⁵

¹ Processo 54.1.15726.1.6, cx 774, Doc. Base: D/29654/FAU, fls. 2 e 16.

² Nesse sentido, ADUSP, *O Controle Ideológico na USP (1964-1978)*. São Paulo: Adusp, 2004, p. 57 e ss.; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. v. 1, p. 164 e ss.

³ Publicação no D.O.U., de 30.04.1969, p. 3669, republicado no D.O.U. de 20.05.1969. A compilação das publicações no Diário Oficial da União encontram-se em OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. *Atos institucionais: sanções políticas: aposentadoria, banimento, cassação de aposentadoria, cassação de disponibilidade, cassação de mandato, confisco de bens, demissão, destituição de função, dispensa de função, disponibilidade, exclusão, exoneração, reforma, rescisão de contrato, suspensão de direitos políticos, transferência para a Reserva*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000, p. 178.

⁴ ADUSP, *O Controle Ideológico na USP (1964-1978)*. São Paulo: Adusp, 2004, p. 59.

⁵ Jon Andoni Vergareche Maitrejean, em depoimento sobre João Batista Vilanova Artigas no vídeo intitulado “Atividade política e exílio”. Direção: Laura Artigas e Pedro Gorski, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9-LOglKai5U>>. Acesso: 02.07.2015.

A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

Com a lei da anistia em 1979, Maitrejean é recontratado pela FAU, como ocorre também a João Batista Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha.

Após a revogação dos atos institucionais em outubro de 1978⁶ e com o discurso de abertura política anunciado pelo novo presidente, o ano de 1979 na Universidade de São Paulo é marcado por uma série de manifestações dos mais diversos órgãos universitários. Logo no início do ano, ou seja, mesmo antes da promulgação da lei de anistia, o Conselho Universitário, os conselhos departamentais e as congregações das faculdades passam a emitir moções pela reintegração dos quadros docentes afastados pelos atos institucionais. Nesse primeiro momento, o que solicitava o Conselho Universitário, por exemplo, era que o Reitor Waldir Muniz Oliva empregasse os meios à disposição da Universidade para recontratar os professores expulsos⁷.

Na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, o processo teve início com a decisão, ao mês de junho, do Grupo de Disciplinas de Projeto, chefiado por Dario Montesano, no sentido de reintegrar imediatamente os professores Artigas, Maitrejean e Paulo Mendes da Rocha, para o que recebeu uma moção de apoio, meses depois, do Departamento de História e Estética do Projeto. Esses pedidos são encaminhados à Reitoria apenas em outubro pelo diretor Lúcio Grinover⁸. Então já era tarde, pois a lei da anistia havia sido promulgada e regulamentada, permitindo, porém impondo condições para a reintegração de servidores demitidos e aposentados pelos atos institucionais. Nesse momento, a reitoria da Universidade de São Paulo preferiu seguir a instrução nr. 01/79 do Ministério da Educação, que aconselhava os reitores a consultarem os docentes, que deveriam se manifestar dentro do prazo de 26 de dezembro estipulado pela lei, se desejariam reintegrar a Universidade, no cargo em que ocupavam ao serem expulsos⁹. Essa consulta recebeu a resposta indignada de muitos professores, que enxergavam na exigência do prazo, na necessidade de provocação da administração pelo perseguido, na dependência de existência de vagas, e, por fim, na decisão última da administração em cada caso individual, a subserviência da Universidade a uma determinação que de fato não visava restabelecer um estado que lhes fora tomado injustamente. A restauração da justiça apenas seria possível se todos pudessem retornar indistintamente nas mesmas condições de igualdade¹⁰.

Por sua vez, os três professores aposentados da FAU, em conjunto com outros colegas da Universidade, se manifestaram perante a Comissão Mista do Congresso Nacional ainda antes da

⁶ Pela Emenda Constitucional nr. 11, de 13 de outubro de 1978.

⁷ As manifestações de diversos órgãos e o encaminhamento da questão à CODAGE (Coordenadoria de Administração Geral) pelo Reitor encontram-se no Processo 79.1.9131.1.5, cx. 6959, Doc. Base. 79/RUSP (Arquivo USP).

⁸ Processo 79.1.9131.1.5, cx. 6959, Doc. Base. 79/RUSP (Arquivo USP), fls. 21, 22, 23, 24, 26.

⁹ A instrução nr. 01/79 do Ministério da Educação foi emitida por uma Comissão Especial, nomeada pelo ministro da educação e chefiada por Esther de Figueiredo Ferraz, que tinha por competência instruir e processar os requerimentos de reversão no cargo, submetendo a decisão última ao ministro da educação. Cf. Processo 79.1.9131.1.5, cx. 6959, Doc. Base. 79/RUSP (Arquivo USP), fls. 163 e s.

¹⁰ Nesse sentido, especialmente, as respostas do ex-Reitor Hélio Lourenço de Oliveira e do professor Jayme Tiomno, Processo 79.1.9131.1.5, cx. 6959, Doc. Base. 79/RUSP (Arquivo USP), fls. 50-52; 149 e s.

A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

promulgação da lei de anistia, protestando contra as condições que o projeto impunha para a reintegração¹¹.

A reintegração não é imediata, ocorrendo somente no segundo semestre de 1980. Nesse sentido, a exposição “Caderno dos riscos do edifício da FAU”, organizada por alunos e professores, é considerada um evento que tinha o objetivo de forçar a direção da FAU a reintegrar os professores aposentados em 1969¹². Esse evento é descrito por um antigo aluno como a “festa de retorno” dos professores à FAU¹³. Contudo, o arquiteto e professor José Armênio de Brito Cruz, um dos organizadores da mostra que fazia parte do Grêmio Estudantil, chama atenção para a grande resistência política que encontrava a volta desses professores, não apenas por parte da direita na faculdade¹⁴.

De todo modo, o retorno à USP não foi suave, especialmente no tocante ao reconhecimento de suas titulações e tempo de serviço, tendo sido os professores constrangidos a receber o *status* de docentes em início de carreira.

VII. Fontes Documentais (listar todos os documentos, fontes e depoimentos que embasam as informações acima):

- Processo 54.1.15726.1.6, cx 774, Doc. Base: D/29654/FAU
- Jon Andoni Vergareche Maitrejean, depoimento sobre João Batista Vilanova Artigas no vídeo intitulado “Atividade política e exílio”. Direção: Laura Artigas e Pedro Gorski, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9-LOglKai5U>>. Acesso: 02.07.2015.
- José Armênio de Brito Cruz, depoimento sobre João Batista Vilanova Artigas no vídeo intitulado “O retorno à FAU/USP”. Direção: Laura Artigas e Pedro Gorski, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xk__wLhIj7Y>. Acesso: 02.07.2015.
- ADUSP. *O Controle Ideológico na USP (1964-1978)*. São Paulo: Adusp, 2004.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- SAWAYA, Sylvio Barros et al. 60 anos da FAUUSP. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, n. 23, jun. 2008
- OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. *Atos institucionais: sanções políticas: aposentadoria, banimento, cassação de aposentadoria, cassação de disponibilidade, cassação de mandato, confisco de bens, demissão, destituição de função, dispensa de função, disponibilidade, exclusão, exoneração, reforma, rescisão de contrato, suspensão de direitos políticos, transferência para a Reserva*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações,

¹¹ GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal de Minas Gerais, 2003, p. 303 e s.

¹² ARTIGAS, Rosa. *Vilanova Artigas*. Instituto Tomie Ohtake, 2003, p. 257.

¹³ O depoimento é prestado por Paulo von Poser em SAWAYA, Sylvio Barros et al. 60 anos da FAUUSP. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, n. 23, jun. 2008, p. 20.

¹⁴ A ideia da exposição é contada em depoimento por José Armênio de Brito Cruz no vídeo intitulado “O retorno à FAU/USP”. Direção: Laura Artigas e Pedro Gorski, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xk__wLhIj7Y>. Acesso: 02.07.2015.

A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

2000.

- ARTIGAS, Rosa. *Vilanova Artigas*. Instituto Tomie Ohtake, 2003.
- Processo 79.1.9131.1.5, cx. 6959, Doc. Base. 79/RUSP (Arquivo USP)
- GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal de Minas Gerais, 2003